Seminário EPM-Ibape/SP

Aspectos relevantes das perícias judiciais de engenharia e arquitetura

Presencial = 16/9

Determinação de Valor Locativo em Ações Renovatórias de Locação

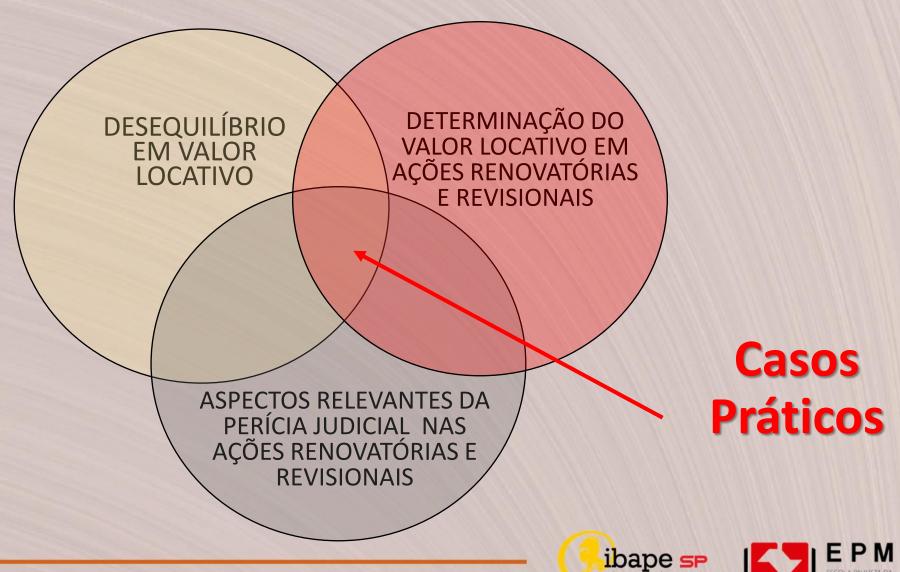
Contratos Atípicos - Shopping Centers

Antonio Carlos Dolacio













PRINCIPAIS MODALIDADES DE COBRANÇA DE ALUGUEL Aluguel Mínimo Mensal Reajustável + Aluguel Variável (% sobre faturamento)

Aluguel Variável (% sobre faturamento)

CTO – Custo Total de Ocupação

(aluguel + encargos Comuns + Fundo de Promoção e Propaganda)







MODALIDADE MAIS RECORRENTE



Aluguel Mínimo Mensal Reajustável

+

Aluguel Variável (% sobre faturamento)



LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o aluguel mínimo mensal (AMM) reajustável, e a diferença, se houver entre este e a quantia calculada à título de aluguel percentual (ou variável)







ALUGUEL MÍNIMO x ALUGUEL PERCENTUAL —Conceitos Envolvidos

- ➤ A parcela referente ao valor mínimo tem por objetivo garantir ao locador um retorno financeiro mínimo (e seguro) pela disponibilização do espaço (área alugada loja), enquanto o aluguel variável representa remuneração complementar, pautada em resultado, e de caráter de risco (depende do desempenho da loja e do empreendimento), podendo, inclusive, restar nula, se inferior ao valor do aluguel mínimo fixado em contrato.
- Para determinação do valor de aluguel mínimo, nas ações renovatórias/revisionais, necessário realizar pesquisa para determinação do valor unitário médio de aluguel mínimo praticado no empreendimento em questão, mediante coleta amostra de mercado a ser composta por contratos de lojas consideradas comparáveis (e que, portanto, paguem aluguel mínimo).
- ➤ Já para determinação do percentual (sobre o faturamento) utilizado no cálculo do aluguel variável, necessária análise comercial complexa, que envolve diversas variáveis intrínsecas ao modelo de negócio de cada loja, tais como o "ticket" médio da loja, o potencial de venda da marca, etc. (além do próprio interesse do empreendedor de ter determinada marca em seu mix), sendo incoerente proceder à simples comparação dos percentuais estabelecidos em diferentes contratos, mesmo quando de lojas do mesmo mix.







PRINCIPAIS MODALIDADES DE COBRANÇA DE ALUGUEL Aluguel Mínimo Mensal Reajustável + Aluguel Variável (% sobre faturamento)

Aluguel Variável (% sobre faturamento)

CTO – Custo Total de Ocupação

(aluguel + encargos Comuns + Fundo de Promoção e Propaganda)









Segundo contrato – a remuneração é constituída por valor único, que pode englobar, por exemplo:

Além do Aluguel

+

Encargos Comuns

+

Fundo de Promoção e Propaganda

+

Fundo de Reserva







EXEMPLO 1:

CTO – Custo Total de Ocupação (aluguel + encargos Comuns + FPP)

Cláusula Referente ao Preço – O aluguel mensal corresponderá a 2% sobre o faturamento bruto, subtraídas as despesas com condomínio e FPP

Ou seja, o contrato não prevê valor de AMM. Estipula apenas o pagamento de **aluguel variável**, o qual deve ser calculado com base em 2 % sobre o faturamento bruto do lojista no mês, e do qual devem ser descontados os valores de Encargos Comuns e Fundo de Promoção Propaganda. Após descontos, o saldo restante será distribuído a título de aluguel. O valor dos Encargos Comuns é calculado com base no Coeficiente de Rateio de Despesas – CRD da loja







EXEMPLO 1:

Simulação Hipotética de Calculo Mensal

Aluguel Variável (de 2% do faturamento bruto) = R\$ 20.000,00

Encargos Comuns (com base no CRD) = R\$ 10.000,00

Fundo de Promoção e Propaganda = R\$ 1.500,00

Considerado o CTO:

A verba **EFETIVAMENTE** destinada a aluguel = R\$ 20.000,00 - R\$ 10.000,00 - R\$ 1.500,00

ALUGUEL = R\$ 8.500,00







EXEMPLO 1

O lojista promove ação renovatória, requerendo a renovação do contrato por novo período (de 5 anos) e a manutenção do aluguel mensal equivalente a 2% do faturamento bruto mensal, diminuído do valor dos Encargos Comuns (calculado de acordo com o CRD) e o saldo restante distribuído a título de aluguel.

O Locador contesta a ação requerendo seja a mesma julgada parcialmente procedente apenas para renovar a locação em caso de estipulação de aluguel mínimo mensal no valor de R\$ 50.000,00, e que seja determinado, ainda, que a locatária pague, também, as despesas de condomínio (apuradas mensalmente através de CRD) e de FPP, de forma distinta do aluguel.

Restou determinada pelo Egrégio Juízo a realização de perícia, fixando como ponto controvertido o Valor do Aluguel a ser fixado.









EXEMPLO 1

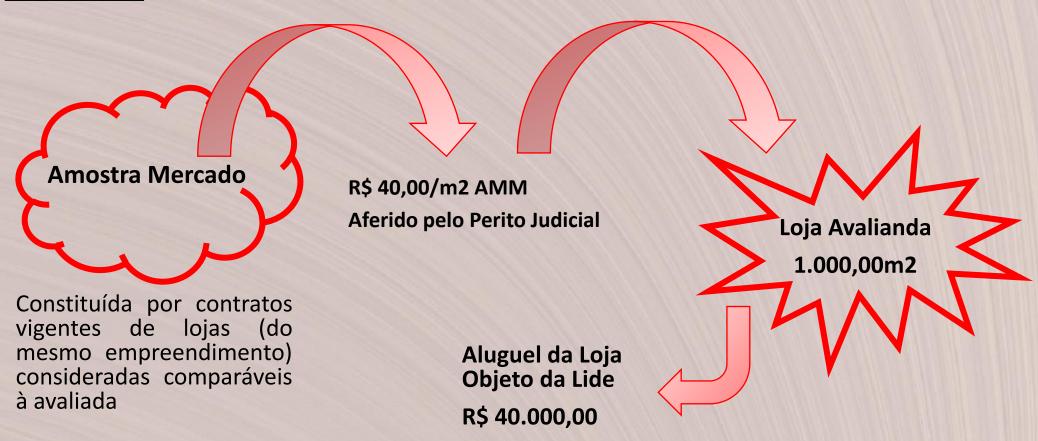
Considerando que a perícia irá aferir, por meio de pesquisa de mercado, o valor unitário médio de AMM praticado no empreendimento em estudo, unitário este que será utilizado no cálculo do valor de aluguel mínimo mensal da loja avalianda, tem-se a seguinte cenário na perícia:







EXEMPLO 1









EXEMPLO 1

Como a clausula atinente ao <u>PREÇO</u> especifica que do aluguel mensal devem ser subtraídos os valores dos encargos e do fundo de promoção, certo cuidado deve ser tomado na interpretação dos resultados da perícia para que não ocorram distorções.

Aluguel Encontrado pela Perícia para a Loja Objeto da Lide R\$ 40.000,00



Para o aluguel, propriamente dito, restará a verba de

R\$ 28.500,00 ou R\$ 28,50/m2



Valores a serem abatidos do aluguel mensal estipulado em Contrato na Clausula de "Preço"

R\$ 10.000,00 – Encargos Comuns

R\$ 1.500,00 - FPP







EXEMPLO 1

Se do "Preço" (aluguel mensal aferido pela perícia) forem descontados os valores de Encargos Comuns e FPP, o unitário efetivamente pago à título de aluguel se distanciará do unitário aferido no mercado pela perícia.

Valor de Aluguel Mensal Aferido pela Perícia para a Loja Objeto da Lide

R\$ 40.000,00 ou R\$ 40,00/m2



Valor de Aluguel (real) a ser pago pelo lojista se descontados os encargos e FPP

R\$ 28.500,00 ou R\$ 28,50/m2

Ou seja, se tal aspecto não for observado, o objetivo principal da perícia, de aferir valor de aluguel de mercado para a loja objeto da lide, acabará sendo prejudicado.







EXEMPLO 1

Importante esclarecer, nesta perícia, que caso venha a ser descontado, do valor de AMM apurado pela perícia, os custos atinentes às demais despesas relacionadas à locação (como por exemplo, dos encargos comuns, FPP e outras eventualmente destacados no contrato objeto da lide), a condição da loja avalianda (valor de aluguel mínimo mensal) não estará mais equiparada à da amostra considerada pela perícia (para aferição do valor unitário médio praticado no empreendimento). Ou seja, não representará mais um VALOR DE MERCADO.







EXEMPLO 2:

AMM + ALUGUEL %
c/ Clausula de desconto

Cláusula Referente ao Preço – Primeiro Parágrafo, estipula que o preço da locação será composto por parte determinada (AMM) e parte variável (Aluguel %). Ainda na Cláusula atinente ao preço, especificamente em um de seus parágrafos, consta conceção de desconto de 30% sobre o AMM no primeiro semestre de cada ano.

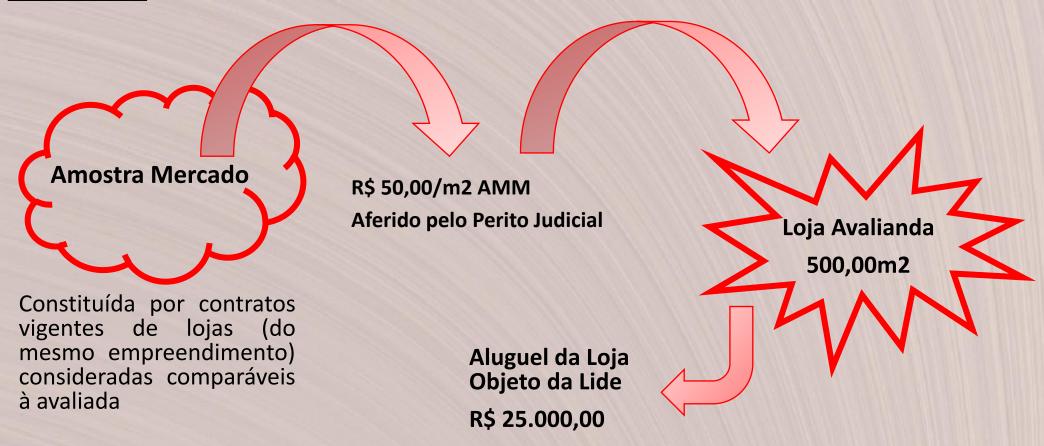
Neste caso o lojista promove a ação renovatória, requerendo a renovação do contrato por novo período (5 anos) e redução do valor de AMM para R\$ 10.000,00 (valor a ser praticado em todos os meses da locação). O locador, por sua vez, contesta a ação requerendo seja a mesma julgada parcialmente procedente apenas para renovar a locação em caso de reajuste do valor de aluguel mínimo mensal, para R\$ 70.000,00 (sendo: R\$ 49.000,00/mês - 1º semestre e R\$ 70.000,00/mês - 2º semestre). Restou determinada a realização de perícia para esclarecer a controvérsia sobre o valor.







EXEMPLO 2









EXEMPLO 2

Se do "Preço" (aluguel mensal aferido pela perícia) for aplicado o descontado especificado em contrato (30% durante o 1º semestre de cada ano), o unitário a ser pelo Locatário se distanciará do unitário aferido pela perícia (no mercado).

Valor de Aluguel Mensal Aferido pela Perícia para a Loja Objeto da Lide

R\$ 25.000,00 ou R\$ 50,00/m2



Valor de Aluguel (real) a ser pago pelo lojista se aplicado o desconto

R\$ 21.250,00* ou R\$ 42,50/m2

*aluguel escalonado

Ou seja, se tal aspecto não for observado, o objetivo principal da perícia, de aferir valor de aluguel de mercado para a loja objeto da lide, acabará sendo prejudicado.







EXEMPLO 2

Em decisão proferida, restou destacado que a perícia determinada pelo Juízo teria a finalidade de apontar a realidade de mercado (com base em metodologia científica). E, com base no resultado apresentado no Laudo Pericial, restou determinada a renovação do contrato sob as mesmas condições anteriores fixando o AMM em R\$ 25.000,00 (valor avaliado pelo perito)







EXEMPLO 2

Importante esclarecer, nesta perícia, que mediante aplicação da cláusula contratual que versa sobre a conceção do desconto, a condição da loja avalianda (valor de aluguel mínimo mensal) não estará mais equiparada à da amostra considerada pela perícia (utilizada para aferição do valor unitário médio praticado no empreendimento em estudo). Ou seja, não representará mais um VALOR DE MERCADO.







As questões ora explanadas, quando presentes em ações renovatórias e revisionais de contratos de locação de lojas de Shopping (suscitadas pelas partes em suas peças processuais - inicial e contestação), devem ser devidamente observadas no desenvolvimento do trabalho pericial (desde a formulação de quesitos), de forma a fornecer todos os subsídios necessários ao Juízo (relativos aos valores aferidos em mercado e à realidade da loja avalianda) para apreciação da matéria e julgamento da lide.







Visando trazer subsídios técnico ao desenvolvimento dos trabalhos avaliatórios, a Câmara de Avaliações do IBAPE/SP está trabalhando na publicação de uma Cartilha que trará as Diretrizes Básicas para Avaliações de Lojas em Shopping Centers. Esta publicação, que vem sendo coordenada pelo Eng. Rodrigo Salton Leites e pelo Arq. Leandro Yagome, está em fase de conclusão, e assim que finalizada, ficará disponível para download gratuito no site do INSTITUTO.

www.ibape-sp.org.br







OBRIGADO!!!

Antonio Carlos Dolacio

dolacio@associadoscld.com.br





